

BLOCO TEMÁTICO 5: ADMINISTRAÇÃO (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:
o cartão-resposta das questões objetivas.

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova, é possível retirar-se da sala, levando o caderno de questões.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confirme seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e siga atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifcil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2509087771M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

5º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Concurso Nacional Unificado
CNU

BLOCO TEMÁTICO 5:

Administração

DISCIPLINAS:

Conhecimentos Específicos

MODELO/BANCA:

FGV - Fundação Getúlio Vargas

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

09/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

09/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

CNU - 5º SIMULADO - BLOCO TEMÁTICO 5 - ADMINISTRAÇÃO (CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS)(PÓS-EDITAL)

Eito Temático 1

Rafael Barbosa

1

O planejamento organizacional, além de direcionar ações, proporciona uma série de benefícios para a gestão. De acordo com Sobral e Peci (2013), assinale a alternativa que não corresponde a uma vantagem ou benefício associado ao planejamento.

- (A) Proporciona senso de direção, permitindo que a organização caminhe em rumo definido.
- (B) Focaliza esforços, integrando atividades e promovendo coordenação entre os membros.
- (C) Reduz o impacto do ambiente, ao obrigar os administradores a lidar com mudanças externas.
- (D) Garante a eliminação de todos os riscos, impedindo que imprevistos atinjam a organização.
- (E) Fornece consistência gerencial, oferecendo fundamento lógico para a tomada de decisão.

2

Os objetivos organizacionais, quando bem formulados, são essenciais para orientar a ação e mobilizar esforços. De acordo com Sobral e Peci (2013), assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica de objetivos eficazes.

- (A) Devem ser formulados de modo genérico, evitando detalhamento para possibilitar maior flexibilidade de interpretação.
- (B) Podem ser contraditórios entre si, desde que pertençam a diferentes áreas ou unidades da organização.
- (C) Precisam ser específicos, mensuráveis, desafiadores, mas alcançáveis, definidos no tempo, coerentes e hierarquizáveis.
- (D) Não necessitam estabelecer prazos, pois o planejamento estratégico já contempla horizontes temporais suficientes.
- (E) Devem ser fixados apenas em termos qualitativos, já que a quantificação dificulta a avaliação de resultados.

3

Embora o planejamento formal traga benefícios importantes, como a definição de parâmetros de controle, também é alvo de críticas por suas potenciais limitações. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma dessas críticas, segundo Sobral e Peci (2013).

- (A) O planejamento formal tende a ampliar a capacidade criativa da organização, ao estimular inovações espontâneas.
- (B) O planejamento formal garante maior flexibilidade, permitindo rápida adaptação a cenários caóticos.
- (C) O planejamento formal pode restringir a criatividade e a inovação, ao tornar o processo excessivamente rígido.
- (D) O planejamento formal é irrelevante para ambientes estáveis, sendo útil apenas em contextos dinâmicos.
- (E) O planejamento formal assegura previsibilidade total do futuro, eliminando incertezas.

4

Segundo Ackoff, todo planejamento se subordina a uma filosofia de ação, podendo ser classificado em três tipos: conservador, otimizante e adaptativo. Assinale a alternativa que descreve corretamente o planejamento conservador.

- (A) Baseia-se em práticas retrospectivas, prioriza a estabilidade e busca conservar a situação existente, evitando mudanças radicais.
- (B) É voltado para a inovação e adaptabilidade, buscando sempre os melhores resultados possíveis por meio da melhoria contínua.
- (C) Tem caráter aderente, orientado para contingências e compatibilização de interesses, ajustando a organização às demandas ambientais.
- (D) Foca exclusivamente na maximização do desempenho, sem considerar limitações de recursos ou necessidades de equilíbrio interno.
- (E) Preocupa-se unicamente com a exploração de oportunidades futuras, desconsiderando deficiências internas.

5

Em uma grande empresa pública, três situações de planejamento foram observadas:

- I – A alta administração definiu a missão institucional, revisou a visão de futuro e estabeleceu objetivos gerais de longo prazo, considerando o ambiente externo e cenários de incerteza.
- II – O gerente de uma unidade regional estruturou um plano de médio prazo, com foco em seu departamento, determinando as principais ações necessárias para atingir os objetivos definidos pela administração central.
- III – O supervisor de primeira linha organizou a rotina diária de trabalho de sua equipe, detalhando procedimentos específicos e resultados esperados de cada colaborador.

Assinale a alternativa que associa corretamente cada situação ao nível de planejamento correspondente.

- (A) I–Tático; II–Operacional; III–Estratégico.
- (B) I–Estratégico; II–Tático; III–Operacional.
- (C) I–Operacional; II–Estratégico; III–Tático.
- (D) I–Tático; II–Estratégico; III–Operacional.
- (E) I–Estratégico; II–Operacional; III–Tático.

6

Uma empresa do setor bancário analisa o ambiente competitivo e identifica os seguintes fatores:

- I – O ingresso de novas fintechs no mercado, favorecido pela redução de barreiras regulatórias.
- II – O surgimento de moedas digitais e plataformas de pagamento que podem substituir parte dos serviços bancários tradicionais.
- III – A dependência de grandes fornecedores de tecnologia, que possuem forte influência sobre custos e condições contratuais.
- IV – A pressão exercida por clientes que, cada vez mais exigentes, demandam menores tarifas e melhores serviços digitais.
- V – A competição intensa entre bancos já estabelecidos, disputando participação de mercado.

Com base no modelo das cinco forças competitivas de Porter, é correto afirmar que os fatores I, II, III, IV e V correspondem, respectivamente, a:

- (A) Rivalidade entre concorrentes; poder de barganha dos clientes; ameaça de novos entrantes; ameaça de substitutos; poder de barganha dos fornecedores.
- (B) Ameaça de produtos substitutos; ameaça de novos entrantes; poder de barganha dos fornecedores; rivalidade entre concorrentes; poder de barganha dos clientes.

(C) Ameaça de novos entrantes; ameaça de produtos substitutos; poder de barganha dos fornecedores; poder de barganha dos clientes; rivalidade entre concorrentes.

(D) Poder de barganha dos fornecedores; ameaça de substitutos; rivalidade entre concorrentes; poder de barganha dos clientes; ameaça de novos entrantes.

(E) Poder de barganha dos clientes; rivalidade entre concorrentes; poder de barganha dos fornecedores; ameaça de novos entrantes; ameaça de substitutos.

7

No contexto das tendências do futuro do trabalho no serviço público, a utilização da Inteligência Artificial (IA) apresenta potencialidades e riscos. Analise as assertivas abaixo:

- I – A IA pode aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços públicos ao automatizar tarefas repetitivas e permitir maior foco em atividades de análise e decisão.
- II – O uso da IA pode gerar riscos relacionados à privacidade, à proteção de dados pessoais e à transparência das decisões administrativas.
- III – A aplicação de sistemas inteligentes elimina totalmente a necessidade de servidores públicos em atividades estratégicas e de tomada de decisão.
- IV – A adoção da IA pode reduzir custos operacionais e ampliar a capacidade de resposta a demandas da sociedade.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

8

No âmbito da gestão de processos, a aplicação da Inteligência Artificial (IA) e da automação tem se mostrado uma tendência cada vez mais presente nas organizações públicas e privadas. Sobre suas potencialidades e riscos, assinale a alternativa correta.

- (A) A automação de processos elimina por completo a necessidade de supervisão humana, tornando dispensável o controle gerencial.
- (B) O uso de IA pode ampliar a eficiência, reduzir erros operacionais e agilizar a execução de tarefas, mas gera desafios relacionados à ética, à privacidade e à dependência tecnológica.
- (C) A automação, por ser baseada em regras fixas, garante que os processos sejam sempre flexíveis e facilmente adaptáveis às mudanças do ambiente externo.
- (D) A utilização da IA garante objetividade absoluta nas decisões, eliminando vieses ou discriminações nos processos automatizados.
- (E) A automação de processos reduz custos apenas no curto prazo, sem impactos sobre a produtividade e a qualidade dos serviços prestados.

9

A teoria da Expectativa, desenvolvida por Victor Vroom, explica a motivação no trabalho a partir de três fatores inter-relacionados:

- I – A crença de que o esforço despendido levará a um bom desempenho.
- II – A percepção de que o bom desempenho resultará em recompensas.
- III – O valor atribuído pelo indivíduo às recompensas ou resultados obtidos.

Esses fatores correspondem, respectivamente, a:

- (A) Expectativa – Instrumentalidade – Valência.
- (B) Valência – Expectativa – Instrumentalidade.
- (C) Instrumentalidade – Expectativa – Valência.
- (D) Expectativa – Valência – Instrumentalidade.
- (E) Instrumentalidade – Valência – Expectativa.

10

A teoria das necessidades adquiridas, proposta por David McClelland, sustenta que a motivação é influenciada por três necessidades que os indivíduos desenvolvem ao longo da vida: realização, poder e afiliação. Assinale a alternativa que descreve corretamente essas necessidades.

- (A) A necessidade de realização está relacionada à busca por relacionamentos interpessoais estáveis e harmoniosos.
- (B) A necessidade de afiliação expressa o desejo de exercer influência sobre os outros, direcionando seu comportamento.
- (C) A necessidade de poder refere-se à busca por tarefas desafiadoras, feedback imediato e alcance de metas pessoais.
- (D) A necessidade de afiliação envolve o desejo de estabelecer vínculos sociais e ser aceito pelo grupo.
- (E) A necessidade de realização consiste em evitar riscos e escolher tarefas simples para garantir sucesso certo.

Eixo temático 2**Cosme Sérgio****11**

Um órgão ambiental implantou uma política interna de destinação de resíduos sólidos com foco em reaproveitamento de papel, descarte adequado de pilhas, coleta seletiva e campanhas educativas entre servidores.

Essa iniciativa está alinhada com os princípios da:

- (A) Produção mais limpa e logística reversa institucional.
- (B) Contratualização de compras públicas sustentáveis com terceirização.
- (C) Desmobilização de bens inservíveis via pregão eletrônico.
- (D) Gestão financeira do consumo sustentável de energia elétrica.
- (E) Desestatização de serviços ambientais de rotina.

12

Uma prefeitura criou um portal único de serviços, onde o cidadão pode solicitar alvarás, acompanhar protocolos, obter certidões e agendar atendimentos — tudo online. Os dados do portal são interligados com os sistemas estaduais e federais.

Essa iniciativa representa um avanço no modelo de:

- (A) Transparência ativa, mas sem valor agregado à gestão.
- (B) Governo eletrônico, com foco em integração e acesso digital.
- (C) Controle interno, voltado ao combate à corrupção.
- (D) Participação social deliberativa, típica de audiências públicas.
- (E) Planejamento urbano participativo, com foco no zoneamento físico.

13

Uma secretaria estadual de saúde passou a utilizar modelos de inteligência artificial (IA) para prever surtos epidemiológicos com base em dados de mobilidade urbana e atendimentos em unidades básicas de saúde. O sistema recomenda ações preventivas e alocação otimizada de recursos.

Com base nesse cenário, assinale a afirmativa correta:

- (A) A IA substitui totalmente a decisão humana em políticas públicas.
- (B) O uso da IA elimina os riscos éticos relacionados à privacidade.
- (C) A inteligência artificial amplia a capacidade analítica e a agilidade decisória.
- (D) A adoção de IA torna desnecessário o controle institucional dos dados.
- (E) Os sistemas baseados em IA não são aplicáveis em contextos públicos.

14

Um tribunal de contas apontou que o sistema de reconhecimento facial utilizado por uma prefeitura em praças públicas para monitoramento de segurança não havia passado por avaliação de impacto de privacidade, tampouco tinha autorização legal clara para sua implantação. Esse caso ilustra:

- (A) Uma inovação segura, desde que tenha custo reduzido.
- (B) Um exemplo de controle judicial sobre a administração pública.
- (C) A necessidade de avaliar os riscos éticos e legais antes da adoção tecnológica.
- (D) O princípio da supremacia do interesse público sobre os direitos individuais.
- (E) A plena eficácia da segurança pública justifica a ausência de regulação.

15

Durante a proposta de revisão do plano diretor, o município abriu um período de consultas públicas online e promoveu audiências presenciais para colher sugestões da população.

A diferença entre audiência pública e consulta pública está no fato de que:

- (A) A audiência é apenas virtual, enquanto a consulta é obrigatoriamente presencial.
- (B) A consulta exige a deliberação coletiva, enquanto a audiência não gera registro formal.
- (C) A consulta busca sugestões individuais e a audiência promove o debate coletivo.
- (D) A audiência é vinculante por lei e deve ser seguida pelo governo.
- (E) A consulta pública substitui a escuta de conselhos setoriais.

16

Em uma cidade de médio porte, os moradores votam, anualmente, em projetos que consideram prioritários para seus bairros. O orçamento público reserva uma parte de seus recursos para atender diretamente às propostas mais votadas.

Esse modelo é conhecido como:

- (A) Controle social deliberativo vinculado ao Legislativo.
- (B) PPA participativo orientado por audiências públicas.
- (C) Orçamento participativo, promovendo corresponsabilidade cidadã.
- (D) Consulta pública obrigatória para recursos vinculados.
- (E) Voto distrital misto para definição orçamentária.

17

Uma prefeitura deseja firmar parceria com uma Organização da Sociedade Civil (OSC) para implementar oficinas de capacitação para jovens em situação de vulnerabilidade social. O instrumento utilizado foi o termo de colaboração, com previsão de repasse de recursos públicos e responsabilidades compartilhadas.

Com base na legislação vigente, esse tipo de parceria está amparado:

- (A) No regime de concessão pública.
- (B) Na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (C) No Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei n. 13.019/2014).
- (D) No regime de Parceria Público-Privada (Lei n. 11.079/2004).
- (E) No Decreto de Execução Orçamentária Municipal.

18

A nova gestão estadual de um governo eleito prometeu unificar esforços em áreas como saúde, educação e assistência social. Contudo, nos primeiros meses de mandato, surgiram dificuldades de comunicação entre as secretarias, sobreposição de políticas e disputa por orçamento. Esse cenário é caracterizado, predominantemente, por:

- (A) Centralização burocrática.
- (B) Fragmentação da ação governamental.
- (C) Participação social excessiva.
- (D) Coordenação intergovernamental exitosa.
- (E) Planejamento estratégico setorial eficaz.

19

A Secretaria de Saúde de um estado brasileiro implantou um sistema de rastreamento de medicamentos, conectando fornecedores, almoxarifados centrais e unidades hospitalares. A iniciativa permitiu o controle de prazos de validade e a redução de perdas por vencimento.

Essa prática caracteriza:

- (A) Descentralização logística com foco em serviços terciários.
- (B) Cadeia de suprimentos orientada por demanda e tecnologia.
- (C) Estoque de segurança fragmentado por unidade.
- (D) Logística reversa aplicada à gestão hospitalar.
- (E) Fluxo unidirecional de insumos entre fornecedor e consumidor.

20

Um órgão público implantou um sistema integrado de gestão de almoxarifado, que monitora em tempo real os níveis de estoque, dispara alertas de reposição automática e registra movimentações por QR Code. O sistema reduziu perdas e otimizou o tempo de reposição.

Essa transformação digital promove:

- (A) Automação parcial, com controle descentralizado por planilhas.
- (B) Digitalização superficial, sem impacto na cadeia logística.
- (C) Integração logística baseada em dados e inteligência operacional.
- (D) Concentração de estoques e fragmentação dos processos.
- (E) Redução de autonomia das unidades consumidoras, com baixa eficiência.

21

Uma prefeitura deseja avaliar os resultados de seu programa de iluminação pública. Para isso, criou indicadores como: tempo médio de reparo após solicitação, número de pontos de iluminação atendidos e percentual de redução de ocorrências criminais em áreas iluminadas.

considerando os conceitos de indicadores de desempenho, assinale a alternativa correta:

- (A) indicadores de desempenho servem apenas para justificar gastos públicos, não tendo utilidade no planejamento.
- (B) o tempo médio de reparo é um indicador de eficiência, pois relaciona tempo e serviço prestado.
- (C) o número de pontos de iluminação atendidos é indicador de impacto, pois mede efeitos de longo prazo na sociedade.
- (D) a redução de ocorrências criminais é indicador de insumo, pois mostra a quantidade de recursos investidos.
- (E) bons indicadores não precisam ser mensuráveis, bastando sua descrição qualitativa.

Eixo Temático 2

Vitor Kessler

22

Um município brasileiro adota um sistema de Inteligência Artificial para priorizar solicitações de manutenção urbana (buracos em vias, lâmpadas queimadas, coleta de lixo). Após alguns meses, percebe-se que bairros mais centrais recebem atenção mais rápida, enquanto regiões periféricas ficam em desvantagem. Nesse caso, qual seria a análise mais adequada?

- (A) O uso de IA melhora a eficiência operacional, mas pode gerar **viés algorítmico**, refletindo desigualdades existentes nos dados históricos, o que exige auditoria contínua e revisão das variáveis utilizadas no treinamento.
- (B) O sistema evidencia a plena neutralidade dos algoritmos, demonstrando que as diferenças de atendimento entre regiões decorrem unicamente de limitações orçamentárias e não de problemas relacionados ao modelo.
- (C) A adoção da IA confirma que o uso de dados substitui a necessidade de decisões políticas, já que a tecnologia consegue distribuir os serviços de forma imparcial, independentemente da participação dos gestores públicos.
- (D) O cenário mostra que a IA elimina a necessidade de políticas de transparência, pois a automatização garante, por si só, imparcialidade e legitimidade em todas as decisões relacionadas ao atendimento.
- (E) O problema identificado não tem relação com a Inteligência Artificial, já que a priorização de serviços públicos deve ser entendida como resultado exclusivo de escolhas administrativas humanas.

23

Um tribunal passa a usar uma ferramenta de IA para sugerir padrões de sentenças em processos de pequeno valor, com o objetivo de acelerar julgamentos. Organizações da sociedade civil, no entanto, questionam a medida, alegando que os cidadãos não sabem como o sistema chega às recomendações. Nesse caso:

- (A) A adoção de IA no Judiciário pode ampliar a celeridade e reduzir o acúmulo de processos, mas a ausência de transparência e explicabilidade compromete a legitimidade do sistema, sendo essencial que os cidadãos compreendam critérios e limites da tecnologia.
- (B) O uso da IA torna desnecessária a intervenção humana em sentenças de baixo valor, já que a automação garante uniformidade, eficiência e completa imparcialidade nas decisões judiciais.
- (C) A crítica das organizações civis não procede, pois os modelos de IA, ao lidarem com grandes bases de dados, eliminam qualquer risco de discriminação ou de vieses nos resultados apresentados.

(D) A utilização de IA deve ser entendida como mera substituição da atividade jurisdicional, dispensando a responsabilidade ética e legal dos magistrados na revisão e validação das decisões.

(E) O emprego de IA no Judiciário deve ser compreendido como prática sem impacto significativo, visto que as ferramentas tecnológicas atuam em paralelo às decisões humanas, mas não geram riscos de legitimidade ou de confiança social.

Eixo Temático 3

Leonardo Albernaz

24

A literatura sobre políticas públicas apresenta múltiplas conceituações, que variam desde perspectivas mais normativas até abordagens descritivas. Sobre esse debate, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Políticas públicas podem ser entendidas como cursos de ação e de inação do Estado, envolvendo decisões explícitas ou omissões intencionais.
- (B) A conceituação contemporânea enfatiza a multiplicidade de arenas e atores envolvidos, incluindo Executivo, Legislativo, Judiciário e atores não estatais.
- (C) Políticas públicas correspondem a programas formalizados por leis, que mobilizam recursos orçamentários, excluindo-se regulações e incentivos econômicos.
- (D) Podem ser vistas como padrões de decisão orientados por objetivos, regras e valores, cujos efeitos são observáveis na sociedade.
- (E) A literatura recente reconhece a política pública como processo contínuo e complexo, que envolve formulação, implementação e avaliação interligadas.

25

Diversos modelos procuram explicar o processo de políticas públicas, sendo o “ciclo” o mais difundido, apesar de suas limitações. Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- (A) O ciclo é um modelo prescritivo, que determina juridicamente a ordem e o tempo de cada etapa das políticas públicas.
- (B) A etapa de avaliação ocorre apenas ao final das políticas, sendo considerada um processo terminal.
- (C) A formação de agenda é pouco influenciada por eventos críticos, mídia e mobilização social, dependendo essencialmente de rotinas no âmbito dos poderes constituídos.
- (D) O ciclo é um modelo heurístico, que organiza etapas recorrentes, mas admite sobreposição, retroalimentação e ajustes entre fases.

- (E) A etapa de formulação deve ocorrer isolada da atividade política, de modo a evitar a contaminação de interesses específicos sobre as decisões técnicas.

26

Sobre as fases do processo de políticas públicas e sua dinâmica, não se pode afirmar que:

- (A) A análise ex-ante pode apoiar a formulação, estimando custos e efeitos esperados das alternativas.
- (B) A avaliação de processo pode ocorrer em paralelo à implementação, informando ajustes de meio de curso.
- (C) Durante a definição da agenda, tem-se a elaboração de alternativas de políticas para resolver um problema, precedendo a escolha daquela que será implementada.
- (D) A distinção entre produtos e efeitos ajuda a conectar execução a resultados sociais, favorecendo aprendizagem.
- (E) O monitoramento frequente, com metas pactuadas, pode retroalimentar o processo decisório durante a implementação.

27

A centralidade do Estado nas políticas públicas é um tema recorrente para a Administração Pública contemporânea. Sobre esse papel, assinale a alternativa correta:

- (A) O fortalecimento de redes e parcerias supranacionais reduziu a importância do Estado, cuja atuação hoje é essencialmente simbólica.
- (B) O Estado possui função primária de regulação normativa, mas o financiamento e a coordenação podem ser supridos de modo mais eficiente por mecanismos de mercado.
- (C) O Estado é gradualmente substituído por organizações internacionais e sociedade civil, sendo sua redução uma tendência natural de governança contemporânea.
- (D) A centralidade do Estado deriva de sua autonomia para definir prioridades sem necessidade de participação social, o que assegura foco técnico e eficiência.
- (E) Em arranjos descentralizados e colaborativos, o Estado preserva funções essenciais de coordenação, regulação, financiamento e garantia de direitos.

28

Sobre burocracia e discricionariedade na formulação e implementação de políticas públicas, analise as assertivas seguintes e assinale a única alternativa incorreta:

- (A) A burocracia profissionalizada tende a reduzir arbitrariedades pessoais, ao mesmo tempo em que amplia a previsibilidade da ação pública.
- (B) A discricionariedade da burocracia de nível de rua é inevitável, mas não é adequada para adaptar regras gerais a contextos locais.
- (C) O excesso de padronização reduz a margem de julgamento profissional, mas pode também limitar injustiças derivadas de decisões individuais.
- (D) Mecanismos de supervisão e prestação de contas não são suficientes para eliminar totalmente os riscos associados à discricionariedade burocrática.
- (E) A autonomia burocrática, quando acompanhada de responsabilidade por resultados, pode favorecer inovação e aprendizado institucional.

29

As redes de políticas públicas têm sido vistas como alternativas a modelos hierárquicos rígidos. Considerando suas características, assinale a alternativa correta:

- (A) Redes são vantajosas por dispensar marcos regulatórios formais, uma vez que a confiança entre atores assegura a cooperação estável.
- (B) A horizontalidade é característica central das redes, mas isso não elimina a necessidade de governança estruturada, como regras de decisão e mecanismos de monitoramento.
- (C) Como envolvem múltiplos atores, as redes substituem a centralidade do Estado, que se torna um participante complementar do processo decisório.
- (D) A flexibilidade das redes garante eficiência superior aos arranjos hierárquicos, ao reduzir custos de transação.
- (E) Redes de políticas públicas somente se aplicam a contextos locais, sendo inadequadas para problemas de escala nacional ou internacional.

30

As redes de políticas públicas surgem como arranjos de governança capazes de lidar com problemas complexos e interdependentes. Sobre suas características, assinale a alternativa incorreta:

- (A) As redes podem gerar inovação ao integrar conhecimentos dispersos entre diferentes atores públicos e privados.
- (B) A ausência de hierarquia absoluta exige mecanismos de coordenação e regras pactuadas, sob pena de fragmentação e conflito.
- (C) A cooperação em rede facilita os processos de accountability, ao envolver atores diversos da sociedade.
- (D) O Estado frequentemente mantém papel central, mesmo em redes, atuando como articulador de capacidades e garantidor de legitimidade.
- (E) Um dos principais desafios das redes é alinhar incentivos e reduzir assimetrias de informação entre os participantes.

31

Indicadores de políticas públicas cumprem papel central no monitoramento e na avaliação, e sua utilização tem ganhado cada vez mais espaço na gestão pública, ao longo das últimas décadas. Nesse contexto, analise as assertivas abaixo e identifique a alternativa correta:

- (A) A propriedade da validade significa que o indicador é adequado para representar o fenômeno da realidade que se pretende examinar.
- (B) Indicadores de insumo e de produto são suficientes para aferir a efetividade social das políticas.
- (C) A padronização absoluta de indicadores entre diferentes políticas é condição necessária para assegurar comparabilidade e legitimidade.
- (D) A mensuração da satisfação dos usuários substitui a necessidade de indicadores de eficiência, eficácia ou impacto.
- (E) Indicadores de processo são irrelevantes, já que não revelam resultados sociais.

32

O monitoramento de políticas públicas é parte essencial da governança e do aprendizado institucional. Sobre essa temática, não é correto afirmar o seguinte:

- (A) Monitoramento deve ser periódico e conectado ao ciclo decisório, de forma a subsidiar ajustes oportunos.
- (B) A ausência de protocolos de qualidade e transparência compromete a credibilidade dos dados de monitoramento.
- (C) O monitoramento é mais apropriado no final da política pública, para que haja tempo de maturação da ação governamental e a entrega efetiva de resultados.
- (D) O uso de painéis e metas pactuadas pode alinhar incentivos entre gestores e equipes de execução.
- (E) O monitoramento não substitui a avaliação, mas fornece insumos contínuos que podem orientar tanto a gestão cotidiana quanto processos avaliativos posteriores.

33

A avaliação de políticas públicas pode assumir diferentes modalidades, voltadas a propósitos variados. Nesse sentido, assinale a alternativa correta:

- (A) Avaliações ex-ante se propõe a analisar a viabilidade normativa e econômica da política, mas não a comparações entre alternativas.
- (B) Avaliações formativas têm como objetivo principal mensurar os resultados finalísticos e os impactos sociais.
- (C) Avaliações somativas ocorrem durante a execução, com foco em aprimorar o desenho da política.
- (D) Avaliações de processo são voltadas à satisfação do usuário, e não a aspectos da implementação.
- (E) Avaliações de impacto procuram identificar efeitos atribuíveis à intervenção, frequentemente com base em métodos contrafactuais.

34

Na análise de políticas públicas, conceitos como custo-benefício, efetividade e equidade têm desempenhado papel central e cada vez mais relevante. A esse respeito, analise as alternativas a seguir e identifique a única opção incorreta:

- (A) A análise custo-benefício compara custos e benefícios em uma mesma base monetária, exigindo explicitação das premissas adotadas.
- (B) A efetividade mede em que medida os resultados alcançados correspondem aos efeitos pretendidos sobre o público-alvo.
- (C) Análises de equidade buscam avaliar como custos e benefícios se distribuem entre diferentes grupos sociais ou regiões.
- (D) A efetividade também indica se os produtos, em termos de bens ou serviços públicos, foram entregues conforme o planejado.
- (E) A combinação de métricas econômicas com critérios de justiça social pode orientar escolhas mais alinhadas ao interesse público.

35

O movimento por políticas públicas baseadas em evidências propõe maior uso do conhecimento científico no processo decisório. Sobre suas características e limites, assinale a alternativa correta:

- (A) Evidências eliminam a dimensão política das decisões, garantindo neutralidade técnica.
- (B) A validade interna de estudos garante a aplicabilidade de seus resultados em qualquer contexto.
- (C) A ausência de evidências robustas costuma levar ao adiamento da formulação de políticas até que estudos científicos estejam disponíveis.
- (D) Revisões sistemáticas são úteis em pesquisa acadêmica, não tendo relevância para o processo de políticas públicas, devido ao excesso de rigor.
- (E) Diferentes tipos de evidências, como as quantitativas e as qualitativas, podem ser combinados para enriquecer decisões.

Eixo Temático 4

Flávio Assis

36

A Lei n. 4.320/1964, em seu Art. 58, estabelece que "o empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição". Considerando a sequência lógica e as especificidades dos estágios da despesa pública, qual das alternativas a seguir apresenta a correta ordem das etapas, associando-as a situações que podem ocorrer durante a sua execução, e diferenciando a despesa orçamentária da despesa extra-orçamentária?

- (A) Empenho (ato que reserva o recurso orçamentário e cria a obrigação); Liquidação (constatação do direito adquirido pelo credor); Pagamento (efetivação do desembolso financeiro). Essa sequência se aplica a despesas orçamentárias e extra-orçamentárias, sendo o empenho o ato que diferencia ambas.
- (B) Liquidação (ato que verifica o cumprimento da obrigação pelo credor); Empenho (ato que autoriza o pagamento); Pagamento (ato que efetiva a entrega do numerário). Essa sequência é obrigatória para todas as despesas públicas, sejam elas orçamentárias ou extra-orçamentárias.
- (C) Empenho (primeira etapa da despesa orçamentária, que reserva a dotação e gera a obrigação); Liquidação (segunda etapa, que verifica o direito do credor com base em documentos); Pagamento (terceira e última etapa, que libera o recurso financeiro). Essa sequência se aplica apenas a despesas orçamentárias, sendo a despesa extra-orçamentária caracterizada pela ausência de empenho e liquidação, ocorrendo o pagamento diretamente.
- (D) Autorização (etapa inicial da despesa, onde o gestor autoriza o gasto); Empenho (formalização da obrigação); Liquidação (constatação de que o serviço foi prestado); Pagamento (liberação do dinheiro). A despesa orçamentária é a única a seguir integralmente essa sequência, enquanto a extra-orçamentária não se submete a nenhuma dessas etapas.
- (E) Empenho (reserva da dotação); Liquidação (verificação da entrega do bem ou serviço); Pagamento (desembolso). Essa sequência se aplica a todas as despesas públicas, porém, em caso de suprimento de fundos, a ordem pode ser flexibilizada, com o pagamento ocorrendo antes do empenho.

37

A Lei n. 4.320/1964, em seu Art. 53, define que a receita orçamentária é classificada em categorias econômicas, e a sua execução passa por estágios que garantem a regularidade e o controle do fluxo de recursos. Considerando a complexidade e a sequência dos estágios de execução da receita pública, qual das alternativas a seguir apresenta a correta ordem das etapas e a correta aplicação do princípio da anualidade, bem como a diferenciação entre os conceitos de Arrecadação e Recolhimento?

- (A) Previsão (momento da Lei Orçamentária Anual - LOA); Lançamento (ato que constitui o crédito tributário); Arrecadação (recebimento do numerário pelo ente público); Recolhimento (transferência do valor para a conta do Tesouro). A previsão é o único estágio que obedece estritamente ao princípio da anualidade, pois apenas ela se refere ao exercício fiscal, enquanto os demais estágios podem ocorrer em exercícios futuros.
- (B) Previsão (inscrição na LOA); Lançamento (cobrança do contribuinte); Arrecadação (ingresso do dinheiro nas contas de Agentes Arrecadadores); Recolhimento (transferência para o caixa único do Tesouro). A distinção entre Arrecadação e Recolhimento é meramente conceitual, não existindo diferença prática na execução da receita.
- (C) Lançamento (identificação do contribuinte e apuração do valor devido); Previsão (aprovação na LOA); Arrecadação (recebimento do valor); Recolhimento (depósito na conta do Tesouro). A ordem das etapas está incorreta, pois a Previsão é a etapa inicial e precede o Lançamento.
- (D) Previsão (etapa inicial da Lei Orçamentária Anual); Lançamento (ato administrativo que formaliza o débito do contribuinte); Arrecadação (ato de receber o valor devido); Recolhimento (transferência do valor arrecadado para a conta específica do ente arrecadador). A distinção entre Arrecadação e Recolhimento é fundamental: a arrecadação é o recebimento pelo agente (banco, por exemplo), enquanto o recolhimento é a transferência para a conta do Tesouro, e o princípio da anualidade se aplica a todos os estágios da receita orçamentária.
- (E) Previsão (estimativa do que será recebido no exercício); Lançamento (formalização da dívida); Arrecadação (recebimento do dinheiro); Recolhimento (transferência para a conta do Tesouro). Essa sequência é válida para todas as receitas públicas, inclusive as extra-orçamentárias, que também devem ser objeto de previsão e lançamento para garantir o controle fiscal.

38

A Lei n. 4.320/1964 e a Portaria Interministerial STN/SOF n. 163/2001 estabelecem diversas classificações para a despesa pública, visando ao controle, à transparência e à gestão fiscal eficiente. Considere o seguinte cenário:

Um órgão público federal realiza um pagamento para a aquisição de um novo sistema de segurança eletrônica, incluindo a instalação de câmeras, sensores e um software de monitoramento. O valor do contrato é de R\$ 500.000,00 e o sistema tem uma vida útil estimada superior a dois anos. O contrato prevê, ainda, uma parcela de R\$ 50.000,00 para a manutenção anual do sistema.

Com base nas classificações da despesa pública, assinale a alternativa que apresenta a correta classificação das despesas relacionadas a este contrato, em suas diversas dimensões.

- (A) A aquisição do sistema de segurança é uma Despesa de Capital classificada na categoria econômica de Investimento. O pagamento pela manutenção anual é uma Despesa Corrente, classificada como Outras Despesas Correntes, pois é um gasto de custeio. Ambas as despesas devem ser executadas sob a mesma modalidade de aplicação, pois se referem ao mesmo objeto do contrato.
- (B) A aquisição do sistema de segurança eletrônica é uma Despesa Corrente, pois o valor pago é para a compra de um bem durável. A manutenção é uma Despesa de Capital, pois garante a longevidade do investimento. A modalidade de aplicação para ambas é Direta, pois o órgão realiza o pagamento ao fornecedor.
- (C) O gasto com a aquisição do sistema é uma Despesa de Capital na categoria de Investimento. O pagamento da manutenção anual é uma Despesa Corrente na categoria de Serviços de Terceiros, pois se refere a uma prestação de serviço de pessoa jurídica. Ambas as despesas não podem ser executadas sob a mesma dotação orçamentária, pois pertencem a naturezas de despesa distintas.
- (D) A aquisição do sistema é uma Despesa de Capital (Investimento), enquanto a manutenção é uma Despesa Corrente (Custeio). A modalidade de aplicação para a aquisição é Transferência a Pessoa Física ou Jurídica, enquanto a modalidade para a manutenção é Aplicação Direta.
- (E) A aquisição do sistema é uma Despesa de Capital na categoria de Inversões Financeiras. O valor da manutenção é uma Despesa Corrente na categoria de Serviços de Terceiros. A modalidade de aplicação para a manutenção não se aplica, pois ela é uma despesa de custeio.

39

A Lei n. 4.320/1964, em seu Art. 11, e a Portaria Interministerial STN/SOF n. 163/2001 estabelecem a classificação da receita pública em categorias econômicas e em fontes, com o objetivo de facilitar o planejamento, o controle e a análise da política fiscal. Analise o seguinte cenário hipotético:

Um município, no exercício fiscal de 2024, obtém as seguintes entradas de recursos:

- Recebimento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de seus contribuintes.
- Ingresso de recursos provenientes de convênio com o estado para a construção de uma nova escola.
- Recebimento de juros de uma aplicação financeira realizada com o superávit de anos anteriores.
- Arrecadação de multas de trânsito aplicadas pela sua guarda municipal.
- Empréstimo de longo prazo contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a pavimentação de vias públicas.

Com base na classificação da receita pública por categoria econômica, assinale a alternativa que classifica corretamente as entradas de recursos descritas acima.

- (A) Todas as entradas de recursos são classificadas como Receitas Correntes, pois se referem a ingressos de caráter ordinário e visam a financiar as despesas de custeio do município. A exceção é o empréstimo do BNDES, que, por sua natureza financeira, é uma Receita de Capital.
- (B) O IPTU e as multas de trânsito são classificadas como Receitas Correntes. O convênio para a escola, a aplicação financeira e o empréstimo do BNDES são classificados como Receitas de Capital. A principal diferença é que as receitas de capital aumentam a disponibilidade financeira do ente, sem comprometer o patrimônio líquido.
- (C) O IPTU e as multas de trânsito são Receitas Correntes. O convênio para a escola é uma Receita de Capital (Transferência de Capital), pois se destina a um investimento. Os juros da aplicação financeira são Receitas Correntes (Receitas Patrimoniais). O empréstimo do BNDES é uma Receita de Capital (Operações de Crédito).
- (D) O IPTU é uma Receita de Capital, pois é um imposto. As multas de trânsito e os juros de aplicação são Receitas Correntes. O convênio e o empréstimo do BNDES são Receitas de Capital, pois representam entradas financeiras extraordinárias.

- (E) O IPTU, as multas de trânsito e os juros da aplicação financeira são Receitas Correntes. O convênio para a escola é uma Receita de Capital (Transferência de Capital). O empréstimo do BNDES é uma Receita Corrente (Operação de Crédito) por se tratar de um recurso financeiro disponível para o ente.

40

O suprimento de fundos, conforme disciplinado pela Lei n. 4.320/1964 e pelo Decreto-Lei n. 200/1967, é um regime de adiantamento utilizado para a realização de despesas de pequeno vulto ou de caráter urgente. Sua aplicação constitui uma exceção ao processo normal da execução da despesa pública.

Considere a seguinte situação hipotética: A Reitoria de uma universidade pública federal necessita custear, de forma imediata, a aquisição de material de consumo (cartuchos de tinta para impressoras) e o pagamento de um pequeno reparo em um equipamento, cujos valores, somados, não ultrapassam o limite legal para a modalidade. Para tanto, a autoridade competente decide conceder suprimento de fundos a um servidor.

Considerando as particularidades contábeis e orçamentárias do suprimento de fundos, bem como as etapas de execução da despesa, assinale a alternativa que descreve corretamente o procedimento e as classificações envolvidas.

- (A) O ato de conceder o numerário ao servidor é um Pagamento que ocorre antes do Empenho e da Liquidação. O Empenho só será realizado posteriormente, no momento da prestação de contas, para cobrir os gastos efetivamente realizados, de modo a regularizar a despesa.
- (B) O suprimento de fundos, por ser um regime excepcional, dispensa a etapa de Empenho, caracterizando-se como uma despesa extra-orçamentária. As etapas de Liquidação e Pagamento ocorrem apenas no momento da prestação de contas, quando a despesa passa a ser reconhecida.
- (C) O suprimento de fundos é uma Despesa de Capital, pois o dinheiro adiantado ao servidor representa uma inversão financeira temporária. A sua execução dispensa as etapas de Empenho e Liquidação, uma vez que a lei considera o suprimento como uma simples entrega de numerário para fins de custeio.
- (D) A concessão do suprimento de fundos deve ser precedida de Empenho na dotação própria da despesa a ser realizada. O ato de entrega do numerário ao servidor é um Pagamento adiantado, e a Liquidação da despesa ocorrerá posteriormente, com a apresentação e conferência da prestação de contas pelo servidor.

(E) A Liquidação da despesa ocorre na concessão do suprimimento de fundos ao servidor, pois é neste momento que a obrigação de pagar é reconhecida. O Empenho e o Pagamento serão feitos posteriormente, após a apresentação da prestação de contas, de forma a formalizar a despesa.

41

A flexibilização do orçamento público, quando necessária, é realizada por meio dos Créditos Adicionais, que permitem a inclusão ou o aumento de dotações orçamentárias já aprovadas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Sua abertura, porém, obedece a regras e a requisitos rigorosos, previstos na Constituição Federal e na Lei n. 4.320/1964. Considere as seguintes situações hipotéticas em que o Governo Federal planeja abrir créditos adicionais em 2025:

- 1) Para reforçar a dotação orçamentária de custeio do Ministério da Educação, que se mostrou insuficiente para cobrir as despesas ordinárias previstas até o final do exercício.
- 2) Para incluir uma nova dotação orçamentária destinada à construção de um hospital de campanha, em virtude de uma calamidade pública declarada em uma região do país.
- 3) Para criar uma nova dotação orçamentária para um projeto de pesquisa em energia renovável que não estava previsto na LOA, utilizando como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.

Com base na classificação e nos requisitos dos créditos adicionais, assinale a alternativa que apresenta a correta classificação de cada situação e a forma legal exigida para sua abertura.

- (A) A situação 1 requer um Crédito Suplementar, que deve ser autorizado por Lei. A situação 2 exige um Crédito Extraordinário, que pode ser aberto por Medida Provisória. A situação 3 demanda um Crédito Especial, que pode ser aberto por Decreto do Poder Executivo, desde que com fonte de recurso.
- (B) A situação 1 é um Crédito Especial, aberto por Decreto. A situação 2 é um Crédito Extraordinário, aberto por Lei. A situação 3 é um Crédito Suplementar, aberto por Decreto do Poder Executivo, utilizando como fonte o excesso de arrecadação.
- (C) A situação 1 requer um Crédito Suplementar, que deve ser autorizado por Decreto do Poder Executivo ou Lei. A situação 2 exige um Crédito Extraordinário, que pode ser aberto por Medida Provisória. A situação 3 demanda um Crédito Especial, que deve ser autorizado por Lei.

(D) A situação 1 é um Crédito Suplementar, autorizado por Decreto do Poder Executivo. A situação 2 é um Crédito Extraordinário, aberto por Lei ou Medida Provisória. A situação 3 é um Crédito Especial, autorizado por Lei, e a fonte de recurso mencionada (superávit financeiro) é uma das permitidas pela lei.

(E) A situação 1 é um Crédito Suplementar, autorizado por Lei. A situação 2 é um Crédito Extraordinário, aberto por Medida Provisória ou Decreto. A situação 3 é um Crédito Especial, autorizado por Lei, sendo o superávit financeiro uma fonte válida para sua abertura.

42

A gestão da dívida pública e das despesas passivas do Estado é um dos pilares da responsabilidade fiscal. A Lei n. 4.320/1964, em seus artigos 92 e 93, diferencia a Dívida Fundada da Dívida Flutuante, e o Art. 37 disciplina as Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), que representam obrigações não inscritas em Restos a Pagar. Considere a seguinte situação no final do exercício financeiro de 2024 de um estado brasileiro:

- 1) O governo contrai um empréstimo de longo prazo junto a um banco multilateral para financiar a construção de uma ferrovia estadual, com vencimento em 2040.
- 2) O governo possui um saldo de R\$ 50 milhões de despesas empenhadas e liquidadas que não foram pagas no exercício.
- 3) Um fornecedor apresenta uma nota fiscal referente a um serviço prestado em 2023, que não foi empenhado e nem processado naquele exercício, mas que a Administração reconhece como devido após comprovação.

Com base nas classificações e nos conceitos de passivos e despesas governamentais, assinale a alternativa que apresenta a correta classificação das três obrigações descritas no cenário acima, respectivamente.

- (A) Dívida Flutuante, Restos a Pagar Processados, Despesas de Exercícios Anteriores.
- (B) Dívida Fundada, Despesas de Exercícios Anteriores, Dívida Flutuante.
- (C) Dívida Flutuante, Despesas de Exercícios Anteriores, Dívida Fundada.
- (D) Despesas de Exercícios Anteriores, Dívida Fundada, Dívida Flutuante.
- (E) Dívida Fundada, Dívida Flutuante, Despesas de Exercícios Anteriores.

43

Os contratos administrativos regem-se por normas de direito público e, em sua essência, conferem à Administração Pública prerrogativas que a colocam em posição de superioridade em relação ao contratado particular. Tais prerrogativas, conhecidas como "cláusulas exorbitantes", garantem a supremacia do interesse público, mas são exercidas dentro dos limites legais.

Considere que uma Agência Reguladora Estadual de Transportes Públicos celebra um contrato para a prestação de serviços contínuos de manutenção de sistemas de controle de tráfego, sob a égide da Lei n. 14.133/2021.

Com base nas disposições da nova Lei de Licitações e Contratos, analise as afirmativas a seguir e assinale a que se apresenta como a única correta acerca das características desse contrato.

- (A) O prazo de vigência do contrato não poderá ser superior a 5 (cinco) anos, sendo vedada sua prorrogação. O instrumento contratual deverá prever cláusula de reajuste de preços obrigatória.
- (B) A Administração Pública tem o poder discricionário de rescindir o contrato unilateralmente, a qualquer tempo e por qualquer motivo, sem que a contratada tenha direito a qualquer tipo de indenização, pois a supremacia do interesse público sobrepõe-se a qualquer direito do particular.
- (C) A Administração poderá alterar o contrato unilateralmente, tanto qualitativa quanto quantitativamente, nos limites de 25% para acréscimos e supressões. O prazo máximo de vigência poderá ser de até 10 anos, considerando-se a natureza de serviço contínuo.
- (D) A rescisão unilateral pela Administração somente será possível por meio de decisão judicial, visto que o contratado tem o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa, que não pode ser exercido na via administrativa.
- (E) O contrato não poderá ter sua vigência por prazo indeterminado, salvo se houver cláusula expressa que permita a renovação automática, caso em que se aplicará o regime de "contrato por tempo ilimitado" para garantir a continuidade do serviço.

44

As emendas parlamentares ao projeto de lei orçamentária anual representam um dos principais instrumentos de participação do Poder Legislativo na alocação de recursos públicos. A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 166 e parágrafos subsequentes, estabelece as regras e os limites para a sua apresentação e execução. As modificações constitucionais recentes, em especial a Emenda Constitucional n. 105/2019, conferiram maior impositividade e detalhamento à execução de tais emendas. Considere que um deputado federal propõe uma emenda individual ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 para destinar R\$ 5 milhões à construção de uma creche em seu município de origem, indicando uma dotação de outro ministério como fonte de recurso.

Com base nas disposições constitucionais sobre as emendas parlamentares, assinale a alternativa que descreve corretamente a natureza, as restrições e as características de execução dessa emenda.

- (A) A execução da emenda é obrigatória, conforme a regra de impositividade, mas o governo federal tem a prerrogativa de remanejar a dotação para outra finalidade se julgar que a construção da creche não é prioritária para a política pública, desde que a nova destinação seja no mesmo setor de educação.
- (B) Por ser uma emenda individual, sua execução é discricionária do Poder Executivo, que poderá acatar a proposta se houver disponibilidade financeira e conveniência política. Sua aprovação não vincula o governo, que poderá simplesmente não executar a despesa.
- (C) A emenda terá execução obrigatória nos termos da Constituição. A execução da despesa de R\$ 5 milhões deve seguir a ordem cronológica de pagamento entre os Restos a Pagar da respectiva dotação. A emenda poderá ser executada por meio de transferência especial, com repasse direto do recurso ao município sem vínculo a uma finalidade específica.
- (D) A emenda terá execução obrigatória, respeitado o limite constitucional, e o recurso para a construção da creche será considerado como transferência com finalidade definida, exigindo que o município aplique os recursos exclusivamente na obra indicada pelo parlamentar, sob pena de bloqueio do repasse.
- (E) A proposta de emenda é inconstitucional, pois não é permitido que a emenda individual crie uma nova despesa (construção de creche) sem que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tenha previsto essa ação especificamente no exercício fiscal, o que impede a sua execução.

45

As funções clássicas do orçamento público — alocativa, distributiva e estabilizadora — representam as esferas de atuação do Estado na economia e na sociedade. Tais funções são concretizadas por meio de diferentes técnicas orçamentárias, que evoluíram do simples controle contábil para instrumentos de planejamento e gestão por resultados. Considere as seguintes ações de política fiscal implementadas por um governo em um determinado exercício financeiro:

- 1) Um programa de construção de pontes em áreas rurais, visando à melhoria da infraestrutura e ao escoamento da produção agrícola.
- 2) A criação de um programa de transferência de renda que garante um valor mínimo mensal para famílias em situação de extrema pobreza.
- 3) A utilização do orçamento para desacelerar o ritmo de investimentos públicos e aumentar a carga tributária com o objetivo de conter a inflação.

Com base nas funções clássicas do orçamento e nas técnicas orçamentárias de Orçamento-Programa e Orçamento Tradicional, assinale a alternativa que associa corretamente cada ação à sua função e à técnica orçamentária mais adequada para sua execução moderna.

- (A) Ação 1: Função Alocativa e Orçamento Tradicional.
Ação 2: Função Distributiva e Orçamento-Programa.
Ação 3: Função Estabilizadora e Orçamento-Programa.
- (B) Ação 1: Função Alocativa e Orçamento-Programa.
Ação 2: Função Distributiva e Orçamento-Programa.
Ação 3: Função Estabilizadora e Orçamento-Programa.
- (C) Ação 1: Função Estabilizadora e Orçamento-Programa.
Ação 2: Função Alocativa e Orçamento Tradicional.
Ação 3: Função Distributiva e Orçamento-Programa.
- (D) Ação 1: Função Distributiva e Orçamento-Programa.
Ação 2: Função Estabilizadora e Orçamento-Programa.
Ação 3: Função Alocativa e Orçamento Tradicional.
- (E) Todas as ações, independentemente da função, são executadas primariamente pelo Orçamento Tradicional, uma vez que este é o único que foca na autorização e controle dos gastos públicos por meio de sua natureza, como "material de consumo" e "investimentos".

Eixo Temático 4**Claudio Zorzo****46**

Os princípios de Contabilidade representam o núcleo central da própria contabilidade, na sua condição de ciência social, sendo a ela inerentes. Na administração pública, os princípios contábeis orientam a atuação dos profissionais responsáveis pela prestação de contas dos atos da gestão. Com base nos princípios fundamentais de contabilidade aplicáveis ao setor público, assinale a alternativa correta.

- (A) A aplicação do Princípio da entidade não deve levar a excessos ou a situações classificáveis como manipulação do resultado, ocultação de passivos, super ou subavaliação de ativos. Pelo contrário, em consonância com os Princípios Constitucionais da Administração Pública, deve constituir garantia de inexistência de valores fictícios, de interesses de grupos ou pessoas, especialmente gestores, ordenadores e controladores.
- (B) O Princípio da Entidade se afirma, para o ente público, pela autonomia e responsabilização do patrimônio a ele pertencente. A autonomia patrimonial tem origem na destinação social do patrimônio e a responsabilização pela obrigatoriedade da prestação de contas pelos agentes públicos.
- (C) No âmbito da entidade pública, a oportunidade está vinculada ao estrito cumprimento da destinação social do seu patrimônio, ou seja, a oportunidade da entidade se dá enquanto perdurar sua finalidade. Portanto, se o órgão público deixar de atender à finalidade de sua criação, ele estará violando o princípio da continuidade.
- (D) O Princípio da continuidade é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos processos de reconhecimento, mensuração e evidenciação da informação contábil, dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público.
- (E) O Princípio da prudência é aquele que reconhece as transações e os eventos na ocorrência dos respectivos fatos geradores, independentemente do seu pagamento ou recebimento, aplicando-se integralmente ao Setor Público.

47

O patrimônio Público é o conjunto dos bens, direitos e as obrigações. Na composição do patrimônio público, uma obra de uma “ponte em construção” será classificada como

- (A) ativo circulante.
- (B) ativo investimento.
- (C) ativo imobilizado .
- (D) ativo realizável a longo prazo.
- (E) variação patrimonial diminutiva.

48

Dentro das mutações patrimoniais de uma entidade, podemos classificar como uma variação patrimonial aumentativa (VPA):

- (A) Juros pagos.
- (B) Recebimento de um direito.
- (C) Pagamento de uma dívida.
- (D) O recebimento de uma doação.
- (E) O empenho de uma despesa.

Eixo Temático 5

Vitor Kessler**49**

A Lei n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI) assegura ao cidadão brasileiro o direito de acesso a informações públicas. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- (A) O direito de acesso à informação é limitado à esfera federal, não sendo aplicável a estados, municípios ou entidades privadas que recebam recursos públicos.
- (B) A LAI estabelece que o acesso é a regra e o sigilo é a exceção, cabendo ao poder público garantir a disponibilização ativa de informações e fornecer dados quando solicitados pelo cidadão.
- (C) O acesso às informações públicas depende de comprovação de interesse direto do requerente, que deve demonstrar finalidade legítima para obter documentos oficiais.
- (D) O fornecimento de informações pela LAI está condicionado ao pagamento de taxas de processamento, mesmo nos casos em que a busca seja simples e realizada eletronicamente.
- (E) A LAI prevê que os órgãos públicos podem negar acesso sem justificativa, desde que a decisão seja tomada pela autoridade máxima do órgão ou entidade.

50

A Lei de Acesso à Informação prevê hipóteses em que dados podem ser classificados ou o acesso pode ser negado. Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- (A) Informações pessoais de agentes públicos, como salários e diárias, nunca podem ser divulgadas, pois configuram violação de intimidade e vida privada.
- (B) Informações classificadas como ultrassecretas, secretas ou reservadas seguem prazos de sigilo definidos em lei, podendo ser reavaliadas para eventual desclassificação.
- (C) A negativa de acesso pode ocorrer sem explicação formal, sendo suficiente que o órgão alegue genericamente motivo de segurança institucional.
- (D) Dados referentes a contratos administrativos não se enquadram na LAI, devendo ser solicitados exclusivamente em processos judiciais.
- (E) A classificação de informações é competência exclusiva do Congresso Nacional, não podendo ser feita por órgãos da Administração Pública.

Eixo Temático 5**Maurício Franceschini****51**

Com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), no que tange às hipóteses em que é permitido o tratamento de dados pessoais sensíveis, analise as assertivas abaixo:

- I – O tratamento de dados pessoais sensíveis é permitido mediante o consentimento do titular dos dados para fins genéricos e não especificados.
- II – Não é permitido o tratamento de dados pessoais sensíveis sem o consentimento para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro.
- III – Caso o titular dos dados não forneça o consentimento, ainda assim é permitido o tratamento de dados pessoais sensíveis para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.

Está correto o que se encontra apenas em:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

52

No que tange aos aspectos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) relacionados à aplicabilidade ou não da Lei, marque V para Verdadeiro e F para Falso.

- () Não é permitido utilizar a LGPD para defender seus direitos perante a ANPD, quando o tratamento de dados pessoais for realizado por pessoa natural para fins particulares e não econômicos.
- () O titular dos dados não pode se valer da Lei quando, por motivo do tratamento de dados pessoais, os dados forem armazenados fora do território nacional.
- () A LGPD pode ser aplicada quando a coleta dos dados for realizada em território nacional, cujo tratamento visar exclusivamente fins jornalísticos ou artísticos.

Assinale abaixo a alternativa que apresenta a correta sequência, de cima para baixo:

- (A) V-V-V.
- (B) V-F-V.
- (C) V-F-F.
- (D) F-F-V.
- (E) F-F-F.

53

Em relação aos fundamentos que se apresentam na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, LGPD, assinale a alternativa que contempla um de seus fundamentos:

- (A) Prevenção.
- (B) Autodeterminação informativa.
- (C) Não discriminação.
- (D) Responsabilização e prestação de contas.
- (E) Segurança.

54

Quanto às definições apresentadas no Art. 5º da LGPD, assinale abaixo a alternativa que associa corretamente o termo à sua definição:

- (A) Dado pessoal sensível: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
- (B) Tratamento: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
- (C) Dado pessoal: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
- (D) Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada
- (E) Dado anonimizado: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

55

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), no que se refere às definições e atribuições do encarregado, analise as assertivas a seguir:

- I – O encarregado pelo tratamento de dados pessoais é indicado pelo controlador.
- II – O encarregado responde solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do controlador.
- III – Uma das atribuições do encarregado é receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

Eixo Temático 5

Marcelo Leite

56

Um administrador de uma empresa precisa realizar uma pesquisa para entender as necessidades dos funcionários. A empresa tem 1.000 funcionários, divididos em 5 departamentos diferentes. O administrador decide realizar uma amostragem estratificada proporcional para garantir que todos os departamentos sejam representados. Se o administrador deseja uma amostra de 200 funcionários, quantos funcionários do departamento A devem ser incluídos na amostra, sabendo que o departamento A tem 150 funcionários?

- (A) 20 funcionários.
- (B) 25 funcionários.
- (C) 30 funcionários.
- (D) 35 funcionários.
- (E) 40 funcionários.

57

Uma empresa de tecnologia tem 5.000 funcionários distribuídos em 10 departamentos diferentes. O departamento de recursos humanos deseja realizar uma pesquisa para entender as necessidades e preferências dos funcionários em relação aos benefícios oferecidos pela empresa. No entanto, devido ao tamanho da população e aos recursos limitados, o departamento de recursos humanos decide realizar uma amostragem para coletar os dados. Qual das seguintes opções é uma característica da população nesse contexto?

- (A) A população é composta por todos os funcionários da empresa que responderam à pesquisa.
- (B) A população é composta por todos os funcionários da empresa que trabalham no departamento de recursos humanos.
- (C) A população é composta por todos os funcionários da empresa que têm mais de 5 anos de serviço.
- (D) A população é composta por todos os funcionários da empresa que são gerentes.
- (E) A população é composta por todos os 5.000 funcionários da empresa.

58

Um administrador de uma empresa deseja estimar a média do salário dos funcionários. Uma amostra aleatória de 100 funcionários foi selecionada e os salários foram registrados. A média da amostra foi de R\$ 5.000,00 e o desvio padrão da amostra foi de R\$ 1.000,00. Qual é o valor do erro padrão da média amostral?

- (A) R\$ 50,00
- (B) R\$ 100,00
- (C) R\$ 150,00
- (D) R\$ 200,00
- (E) R\$ 250,00

59

Um diretor de uma empresa deseja analisar os salários dos funcionários da empresa. A tabela abaixo mostra a distribuição dos salários:

Salário (R\$)	Frequência
3.000	10
4.000	20
5.000	30
6.000	20
7.000	10
10.000	5
15.000	5

Qual é a relação entre a média e a moda dos salários?

- (A) A média é maior que a moda.
- (B) A média é menor que a moda.
- (C) A média é igual à moda.
- (D) A média é 1,5 vezes maior que a moda.
- (E) A média é 2 vezes menor que a moda.

60

Um diretor de uma empresa deseja analisar os salários dos funcionários de uma determinada divisão. Os salários (em milhares de reais) de 15 funcionários foram registrados como segue:

2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 15, 18, 20, 25, 30

No entanto, o diretor descobriu que o salário mais alto (30) foi registrado incorretamente e deve ser substituído por 50. Qual é a mudança na mediana dos salários após a correção?

- (A) A mediana aumenta em 1.
- (B) A mediana aumenta em 2.
- (C) A mediana não muda.
- (D) A mediana diminui em 1.
- (E) A mediana diminui em 2.

Discursiva

Andrea Cerqueira

Texto 1

A administração pública contemporânea enfrenta o desafio de conciliar eficiência, transparência e participação social. Nos últimos anos, práticas de gestão inspiradas no setor privado, como indicadores de desempenho, metas de produtividade e planejamento estratégico, foram incorporadas às instituições públicas brasileiras. Todavia, a simples importação dessas ferramentas não garante melhores resultados se não houver adequação ao contexto da gestão estatal, marcada por complexidade normativa, diversidade de demandas sociais e necessidade de *accountability*. A inovação na administração pública exige, portanto, não apenas técnicas de gestão, mas também capacidade de liderança, visão sistêmica e compromisso com o interesse coletivo.

Texto 2

O avanço da transformação digital tem gerado impactos significativos na gestão pública e empresarial. Ferramentas como big data, inteligência artificial e plataformas digitais permitem maior integração de processos, redução de burocracia e aproximação entre instituições e cidadãos. Na administração pública, a digitalização de serviços pode promover maior eficiência e acessibilidade, reduzindo desigualdades de acesso a direitos básicos. No setor privado, por sua vez, a inovação tecnológica contribui para maior competitividade, geração de valor e sustentabilidade organizacional. Entretanto, a transição digital ainda enfrenta barreiras como a exclusão digital, a resistência cultural e a necessidade de qualificação de gestores e equipes.

Com base nos textos motivadores e em seus conhecimentos sobre a área de Administração, redija um texto dissertativo (20 a 30 linhas), em linguagem clara, objetiva, coesa e coerente, acerca do tema:

A inovação e a transformação digital como eixos estratégicos da gestão contemporânea

Em seu texto aborde necessariamente:

- Os desafios da gestão contemporânea no setor público e/ou privado;
- A importância da inovação e da transformação digital para a eficiência administrativa;
- O papel da liderança e da capacitação de gestores na superação de obstáculos organizacionais.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



5º Simulado
Concurso Nacional Unificado
Bloco Temático 5: Administração (Pós-Edital)

FOLHA DE RESPOSTAS

[illegible]

REDAÇÃO SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA X



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



TUDO NA SUA MÃO

Só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na
prova discursiva